

DUAS PASSAGENS CAMONIANAS

TWO PASSAGES BY CAMÕES

ANDRÉ B. PENAFIEL

andre.penafiel@mod-langs.ox.ac.uk

University of Oxford

<https://orcid.org/0000-0002-2116-6080>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/01/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 16/05/2022

Resumo

O artigo discute o sentido literal de duas estâncias d'*Os Lusíadas*, de Camões, questionando se as leituras tradicionalmente oferecidas pelos editores estariam corretas ou se devemos admitir pequenas emendas textuais. A primeira passagem (Canto II, estância 75) respeita ao infinitivo flexionado; a segunda passagem (Canto IX, estância 70) envolve a pontuação. A análise de cada passagem inclui discussões sobre gramática e semântica. Dicionários e outras passagens de Camões foram consultados. Os resultados alcançados foram distintos. Quanto à passagem do Canto II, parece preferível manter a leitura tradicional. Embora não se alcance uma leitura original do texto camoniano, o percurso percorrido merece ser registrado, na medida em que esclarece um pouco a gramática da língua portuguesa, além de documentar o uso de Camões. Já a passagem do Canto IX merece ser pontuada de maneira ligeiramente diferente. Alguns editores parecem ter se equivocado quanto ao sentido pretendido pelo Poeta e a análise soluciona este pequeno problema textual de maneira satisfatória. A discussão de duas passagens e o cotejo de diversas edições, que pouco diferem entre si, convida, na conclusão, a uma pergunta mais ampla, a saber, se há necessidade de reeditar *Os Lusíadas* ou se as edições existentes satisfazem. O estudo, apesar de modesto, deverá atrair o interesse de estudiosos, bem como de amantes da língua portuguesa e da poesia de Camões que poderão, a partir dele,

refletir sobre aspectos que não lhe ocorreriam espontaneamente. Convida também à saudável reflexão sobre o papel e a necessidade de novas edições d'*Os Lusíadas*.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*, Camões, língua portuguesa, gramática, edições.

Abstract

This article discusses the literal meaning of two stanzas in *Os Lusíadas* by Camões. It questions whether the versions traditionally offered by editors are correct or whether small textual corrections should be admitted. The first (Canto II, stanza 75) concerns the use of infinitive; the second (Canto IX, stanza 70) involves punctuation. The analysis of each passage includes discussions of grammar and semantics. Dictionaries and other passages by Camões were consulted. Regarding the passage from Canto II, the article concludes that no emendation is necessary. Although it does not offer an original reading of Camões' poem, the study records the steps which were undertaken to reach such conclusion, clarifying certain issues of Portuguese grammar, and documenting Camões' use of language. The passage from Canto IX, on the other hand, should be re-punctuated slightly. Certain editors may have misread this passage and the study solves a small textual problem in a satisfactory way. The discussion of two passages and the comparison of a number of contemporary editions, which scarcely differ from each other in their rendering of the text, also leads to a broader question: does *Os Lusíadas* need to be re-edited today? The study, whilst modest, should be of interest to scholars and to enthusiasts of Portuguese language and of Camões' poetry, who might then reflect on linguistic aspects which would not otherwise occur to them. It also invites a healthy reflection on the role and need for new editions of *Os Lusíadas*.

Keywords: *Os Lusíadas*, Camões, Portuguese language, grammar, editions.

Comprender os versos de Camões não é matéria que se possa julgar fácil. Qualquer leitor, acercando-se d'*Os Lusíadas* pela primeira vez, sente dificuldade quer perante sua erudita sintaxe, quer perante a rica trama de alusões. Por essa mesma razão, desde 1584, são produzidas edições comentadas d'*Os Lusíadas* que buscam auxiliar os leitores. Dito isto, não são apenas os principiantes a cometer enganos e a esbarrar em dificuldades. Muitos séculos hão de passar, e muitas vidas hão de ser dedicadas aos estudos camonianos, até que este poema singular seja cabalmente ilustrado.

O presente estudo propõe-se a glosar duas passagens que desafiam a compreensão. O texto é citado a partir das duas edições com a data de 1572.¹ Estas edições, amiúde identificadas pelas siglas *Ee* e *E*, são mais

¹ Seguimos, neste aspecto, a opinião historicamente dominante, conforme a qual existem duas edições, afastando-nos respeitosa da opinião seguida por parte da crítica

propriamente identificadas pela designação “edição com iniciais itálicas” e “edição com iniciais romanas”, podendo-se abreviar para “Itálica” e “Romana”.² Observamos na transcrição todas as características gráficas dos originais, respeitando-se a pontuação, letras maiúsculas e minúsculas, e caracteres como o s-longo (ſ), a ligatura *eszett* (ß) e o sinal tironiano (&).

O texto das duas edições é fundamentalmente o mesmo no que respeita às passagens em apreço. Foi confrontado com o texto e comentário da edição de 1639 do humanista Manuel de Faria e Sousa, da qual transcreve-se apenas o comentário neste estudo.³ Quanto a esta transcrição, foi mantida a ortografia original, com exceção do s-longo, transcrito como s-curto (s). Palavras abreviadas vêm escritas por extenso, entre parênteses retos []. A edição de Faria e Sousa foi uma tentativa pioneira de oferecer um texto mais correto d’*Os Lusíadas* e foi a versão dominante em Portugal até inícios do século XIX. Seus comentários são amplos, superiores aos que o precederam, e ainda hoje são úteis. No caso específico das duas passagens a serem analisadas, revelam que a interpretação da crítica contemporânea em nada difere daquela proposta por Faria e Sousa.

Consultamos também a edição d’*Os Lusíadas* de 1613, comentada por Manoel Correa.⁴ Seus comentários, menos abrangentes do que os de Faria e Sousa, em geral tentam esclarecer o sentido de cada estância. Teria, por isso, particular valor no âmbito deste estudo, e ainda mais se atentarmos que Correa e Faria e Sousa frequentemente divergem em suas interpretações. Infelizmente, Correa não se debruça nem sobre uma, nem sobre a outra passagem a serem discutidas. Presume-se apenas que teria considerado que seus significados seriam unívocos.

Na sequência, transcrevemos as passagens segundo a edição de 1817 do Morgado de Mateus que, pela primeira vez, suplantou a de Faria e

atual, que defende haver apenas uma edição de 1572. Nossa convicção é baseada na análise de uma série de exemplares e foi apresentada publicamente pela primeira vez em setembro de 2017, na VII conferência da Association of British and Irish Lusitanists. Preparamos um estudo em que daremos notícia mais circunstanciada sobre nossa posição acerca desta matéria. De resto, a polêmica tem relevância tangencial para o presente estudo.

²O texto da edição Itálica ou *Ee* vem citado a partir do exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, cota CAM. 3P. Já o texto da edição Romana ou *E* baseia-se no exemplar da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, cota 378/C. Ambos podem ser consultados através da edição fac-similar de 1983.

³Faria e Sousa 1639.

⁴Correa 1613.

Sousa.⁵ Quanto às passagens a serem examinadas, as divergências entre a versão de Faria e Sousa e a do Morgado de Mateus são negligenciáveis. Transcrevemos, assim, apenas a versão mais contemporânea, para evitar redundâncias.

Após o Morgado de Mateus, foram publicadas nos séculos XIX e XX diversas edições que se pretendem eruditas. Hesitamos em classificá-las de edições “críticas”. Edição crítica, como se sabe, é aquela baseada na comparação entre os vários testemunhos, com variantes registradas em nota. Ora, desde o Morgado de Mateus, muitos editores julgam que, d’*Os Lusíadas*, apenas a primeira edição é fiável, sendo todas as demais descendentes da primeira e, portanto, desprezíveis para fins de edição. Assim, o trabalho de edição ficaria reduzido a editar um texto que sobrevive em testemunho único. Edição erudita, por outro lado, abarca um conjunto mais amplo de edições voltadas para o público acadêmico, incluindo a fac-similar, a diplomática, a diplomático-interpretativa e a crítica. Sem adentrar análise mais detalhada de cada edição, parece o rótulo genérico mais conveniente.

Não sendo possível consultar todas as edições contemporâneas d’*Os Lusíadas*, limitamo-nos a algumas das mais renomadas, capazes de ilustrar o mencionado arco cronológico.⁶

Canto II, estância 75

Neste Canto, os portugueses escapam de uma emboscada moura e, graças à intervenção dos deuses, encaminham-se para o reino de Melinde,

⁵ Souza-Botelho [Morgado de Mateus] 1817.

⁶ Selecionamos dezesseis edições contemporâneas, que serão citadas a seguir. A edição de António José Saraiva tem o benefício de oferecer paráfrase de cada estância em português contemporâneo, o que é particularmente útil quando se deseja aferir exatamente a interpretação do editor. Conhecemos, mas infelizmente não nos foi possível consultar nesta ocasião, a edição de Guimarães 1919.

O leitor desejoso de conhecer o panorama editorial contemporâneo um pouco mais a fundo, poderá consultar os estudos de Hélio Alves e de José Augusto Cardoso Bernardes em Bernardes 2005. Advirta-se, no entanto, que o número de edições d’*Os Lusíadas* é de veras alto e mesmo os estudos citados não as inventariam exaustivamente. Para se ter uma idéia da ordem de grandeza, Bernardes estima que, só no século XX em Portugal, foram publicadas mais de cento e cinquenta edições.

Além das edições eruditas, há, naturalmente, várias edições escolares ou divulgativas, voltadas para um público não acadêmico, cujo texto, em geral, baseia-se em outra edição anterior.

cujo monarca acolherá os navegadores. A frota se aproxima; o rei, conhededor da fama portuguesa, já os aguarda. Eis a passagem:⁷

Itálica (*Ee*)

O Rei que ja sabia da nobreza
que tanto os Portugueses engrandece,
Tomarem o seu porto tanto preza,
Quanto a gente fortissima merece:
E com verdadeiro animo, & pureza,
Que os peitos generosos ennobrece.
Lhe manda rogar muyto que fajiſſem,
Pera que de seus Reinos ſe ſerviſſem:

Romana (*E*)

O Rei que ja sabia da nobreza
que tanto os Portugueses engrandece,
Tomarem o seu porto tanto preza,
quanto a gente fortissima merece:
E com verdadeiro animo, & pureza,
que os peitos generosos ennobrece.
Lhe manda rogar muito que fajiſſem,
Pera que de seus Reinos ſe ſerviſſem.

Faria e Sousa parafraseou a estância desta guisa:

El Rey que ya sabia de la nobleza, que tanto engrandece a los Portugueses, precia, estima tanto, que ayan tomado su puerto, quanto lo merece la fortissima gente: i con un animo verdadero, i una pureza, que mas enoblece, i ilustra a los generosos pechos les embia a rogar, que saliessen en tierra, para que se sirviessen de su ciudad, de sus Reynos.⁸

A edição do Morgado de Mateus lê:

O Rei que já sabia da nobreza,
Que tanto os Portuguezes engrandece,
Tomarem o seu porto tanto preza,
Quanto a gente fortissima merece:
E com verdadeiro animo, e pureza,
Que os peitos generosos ennobrece,
Lhe manda rogar muito que sahissem,
Para que de seus reinos se servissem.⁹

As demais edições consultadas não apresentam variações notáveis.¹⁰ Saraiva oferece a seguinte paráfrase:

⁷ Fólio 31v em ambas as edições de 1572.

⁸ Faria e Sousa 1639: I, col. 502.

⁹ Souza-Botelho 1817: 62.

¹⁰ Feio & Monteiro 1834: 62. Carvalho 1843: 48. Fonseca 1846: 62. Lacerda 1860-1869: VI, 66. Reinhardtstoetner 1874: 50. Monteiro 1880: 62. Braga 1881: 56. Amorim 1889: I,

O rei, que já sabia o merecimento dos Portugueses, apreciou muito que eles tomassem o seu porto, e mandou-lhes pedir com ânimo sincero que desembarcassem e se servissem do reino.¹¹

Nestes versos questionamos o infinitivo flexionado “tomarem”, no início do verso três. Foi aceito por todos os editores e comentaristas. O emprego do infinitivo flexionado, contudo, merece algumas considerações, quer sintáticas, quer semânticas.

Se colocarmos a frase na ordem direta, teremos: O Rei (que já sabia da nobreza que tanto engrandece os portugueses) tanto preza tomarem o seu porto quanto a gente merece.

O Rei — sujeito da oração principal;
(que já sabia [...]) — oração intercalada;
preza — verbo da oração principal.

Aceitar “tomarem” implica aceitar um sujeito oculto na oração. Naturalmente, o rei é o agente de “preza”, porém os portugueses são o agente de “tomarem”. Portugueses está expresso duas vezes na frase com formas diferentes: por “os Portugueses” na oração intercalada, e por “a gente”, nesta própria oração. O conceito é plural em ambos mas, gramaticalmente, “a gente” deveria exigir verbo no singular. Assim, se desejarmos manter o infinitivo flexionado, devemos explicá-lo sintaticamente desta forma: O Rei (que já sabia [...]) tanto preza [eles] tomarem o seu porto quanto a gente merece.

O emprego de “a gente”, contudo, parece admitir certo “deslizamento” entre semântica e sintaxe. A esse respeito, repare-se nos versos sétimo e oitavo dessa estância, em que Camões opta por recuperar a flexão plural em “saíssem” e “servissem”.¹² Quanto a essa prática, observa Manuel Said Ali:

305. Michaëlis de Vasconcellos 1905-1908: I, 76. Silva Dias 1910: 109. Cidade 1946-1947: IV, 90. Bueno 1960: I, 218. Salgado Júnior 1963: 51. Rodrigues 1970: 62. Pimpão 1972: 70.

¹¹ Saraiva 1978: 122.

¹² Acreditamos que o significado dos versos sete e oito é: o rei de Melinde manda ao embaixador mouro (expresso por “lhe”) rogar aos portugueses (em elipse) que saíssem e se servissem. Contudo, “lhe” poderia igualmente referir-se aos portugueses. A esse propósito, encontramos a seguinte nota da Prof.^a Cleonice Berardinelli: “No séc. XVI, *lhe* era a forma mais usada para o plural. «Na época, o pronome podia ser invariável. Em Camões não se regista um caso sequer de variabilidade» (Celso Cunha, *Pros.*, notas a LXXXIII, 6)”. Berardinelli 1980: 505. Infelizmente, não foi possível localizar a obra de Celso Cunha citada pela autora. Em todo caso, a informação é confirmada por Said Ali: “A forma *lhes*,

O adjectivo e o verbo servindo de attributo ou predicado á palavra *gente* dizem-se de ordinario no singular, notadamente se se acham junto deste substantivo ou se vem interposto outro vocabulo ou locução curta [...] Ao uso do verbo no singular de accordo com o sujeito *gente* preferem todavia os escriptores algumas vezes o verbo no plural, ao descreverem situações que impressionam sobretudo pelo numero consideravel de individuos [...] Se a referencia ao collectivo vinha afastada d'elle pela interposição de dizeres muito longos ou se fazia indirectamente por via de um adjectivo, pronome ou verbo em oração secundaria, havia toda a liberdade para o emprego da synese. Barros, Camões e outros quinhentistas são insignes na pratica desta linguagem [...] ¹³

Reproduzimos os exemplos de Camões citados por Said Ali:¹⁴

I, 49, 1-4: «Não eram ancorados, quando *a gente* / Estranha polas cordas já subia. / No gesto *ledos vem*, e humanamente / O Capitão sublime *os* recebia».

I, 80, 7-8: «Porque, saindo *a gente* descuidada, / *Cairão* fãcilmente na cilada».

II, 25, 3-8: «O grande estrondo a Maura *gente* espanta / Como se *vissem* hórrida batalha. / Não *sabem* a razão de fúria tanta, / Não *sabem* nesta pressa quem lhe valha; / *Cuidam* que seus enganos são sabidos / E que hão-de ser por isso aqui *punidos*».

VII, 41, 3-4: «Ditosa condição, ditosa *gente*, / Que não *são* de ciúmes *ofendidos!*».

Há ainda considerações semânticas. Em “tomarem o seu porto”, “o seu porto” seria objeto direto do verbo. O verbo “tomar” tem múltiplas acepções, porém é justo afirmar que “tomar o porto” talvez tenha conotação predominantemente negativa ou belicosa. Damos alguns exemplos de acepções colhidos de dois dicionários brasileiros contemporâneos, em que o verbo seja transitivo direto:

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:¹⁵

com *s*, é relativamente recente. Nos *Lusiadas* e mesmo mais tarde, ainda encontramos *lhe*, quer para o singular, quer para o plural”. Said Ali 1931: 95.

¹³ Said Ali 1931: 79-80.

¹⁴ Os versos são citados a partir da edição de Saraiva 1978, com indicação de Canto, estância e versos. Grifamos, como Said Ali, as palavras que evidenciam o uso cambiante de singular e plural.

¹⁵ Houaiss & Villar 2001: 2731.

- transitivo direto e bitransitivo: «tirar (algo) de (alguém) e apossar-se desse algo; subtrair, arrebatar, usurpar»; ex. «tomar terras alheias»;
- transitivo direto: «promover a conquista ou a invasão de»; ex. «tomar uma cidadela»;
- transitivo direto: «realizar apreensão ou a prisão de; apoderar-se de; capturar»; ex. «a polícia tomou o contrabando de cocaína».

Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa de Laudelino Freire:¹⁶

- transitivo direto: «apreender, conquistar»; ex. «Romão Pires sabe que os castelhanos *tomaram* Évora (...)»;
- transitivo direto: «apreender, apoderar-se de, capturar»; ex. «se êle tinha por certo que os mouros davam de noite carga às naus de Meca, que a mandasse o capitão-mor *tomar* (...)».

Estes sentidos não se ajustam à passagem. O Dicionário de Laudelino Freire oferece ainda a seguinte acepção:

- transitivo direto: «lançar mão de, servir-se de, utilizar»; ex. «*tomou* a prata das igrejas para sustento dos soldados».

Esta acepção é mais ajustada ao sentido pretendido pelos editores e comentaristas de Camões. Questionamos, mesmo assim, se é do porto que os portugueses hão de se servir, ou de algo diverso, a saber, provisões, mantimentos.

O Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva, em sua décima edição, é o dicionário da língua portuguesa mais completo que conhecemos.¹⁷ Listamos aqui todas as cinquenta e duas acepções registradas em que o verbo seja transitivo direto. Suprimimos os exemplos, por questões de concisão:

Pegar em
 Segurar, agarrar
 Suspender, sustentar, aguentar
 Apreender, conquistar

¹⁶Freire 1957: V, 4951-4955.

¹⁷Na verdade, a atribuição à António de Morais Silva é puramente nominal, já que os editores são de fato Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Para uma visão panorâmica da lexicografia em língua portuguesa, veja-se Verdelho 2002: 15-64.

Tirar, concluir
Tirar, arrebatado, roubar
Apreender, capturar, apoderar-se de
Lançar mão de, servir-se de, utilizar
Retirar, tirar
Colher, apanhar, puxar para si
Comer, absorver
Beber
Ingerir medicamentos, sofrer tratamento
Aspirar, sorver
Escolher, preferir
Apoiar, sustentar
Obter, pedir, exigir
Acometer, invadir, assaltar
Pedir, exigir
Sentir alguma impressão, ser acompanhado ou assaltado por (falando de algum sentimento)
Fazer uso de; ocupar para seguir viagem
Surpreender
Recolher, acolher
Encarregar-se de
Embeber, impregnar-se de; fixar em si
Ocupar, atingir, alcançar
Ocupar, encher, embargar
Estorvar
Consumir
Alugar
Contratar (os serviços de alguém)
Receber, aceitar
Seguir (falando de uma direcção ou caminho)
Adoptar
Imitar, seguir
Usar, empregar, exercer
Apresentar em si; dar mostras de; assumir, mostrar
Adquirir, atingir, contrair
Recolher, reunir, ajuntar
Interpretar
Considerar
Ter conhecimentos em alguns arte ou ciência
Medir, calcular
Desejar muito; desejar veementemente

Empreender; tomar o encargo de
 Vedar
 Apanhar, caçar
 Paralizar, embaraçar, ser atacado de doença
 Fazer emitir em favor próprio (certos títulos de crédito)
 Encontrar
 Suturar
 Segurar, fivar, consolidar, apanhar.¹⁸

No que respeita aos significados de “tomar” como verbo transitivo direto, o Grande Dicionário de António de Moraes corrobora as conclusões já extraídas do Dicionário de Laudelino Freire: há algumas acepções belicosas (“Apreender, conquistar”, “Tirar, arrebatado, roubar”, “Apreender, capturar, apoderar-se de”) e uma acepção não agressiva (“Lançar mão de, servir-se de, utilizar”), mas que não se ajusta à construção de Camões.

O Grande Dicionário de António de Moraes oferece ainda considerável elenco de locuções. Destacamos três de maior interesse:

Tomar o porto, *loc. verb.* Aportar, fundear no porto: «... uma urcaça de S. Tomé, a qual se deixou andar três ou quatro dias barlaventeando, sem *tomar o porto...*», *Arte de Furtar*, cap. 27, 225.

[...]

Tomar porto, *loc. verb.* Fundear, aportar: «... tendo quatro velas chegou (D. Luís) às Canárias e *tomou porto* na Gomeira...» Castanheda, *História da Índia*, V, cap. 18, 157.

[...]

Tomar terra, *loc. verb.* Navegar para terra; aportar: «... até que os mares se sonegaram e se viram no Céu Estrelas, que abriram caminho, com que se *tomou terra*», *Arte de Furtar*, cap. 16, 87».¹⁹

A possibilidade de interpretar “Tomarem o seu porto” como atracar no porto de Melinde é algo a que voltaremos mais tarde neste artigo, à luz de outros exemplos camonianos. Por ora, registramos que uma consulta à primeira edição do dicionário António de Moraes, obra efetivamente da lavra desse editor, não ofereceu maiores esclarecimentos do que a décima edição. Notável, mas diferente da passagem camoniana, é apenas

¹⁸ Moraes Silva, Moreno, Júnior & Machado 1949-1959: X, 952-956.

¹⁹ Moraes Silva, Moreno, Júnior & Machado 1949-1959: XI, 7-13.

a seguinte entrada: “*Tomar o navio terra*, aportar. Albuq. 4 c. 6.”²⁰ O Vocabulário de Rafael Bluteau, obra que inspirou António de Moraes e que pode ser considerada o primeiro dicionário de Português moderno, ou pelo menos seu protótipo, também foi consultado. É mais amplo do que a primeira edição de António de Moraes, porém menos do que a décima edição. Não registra a locução “tomar porto”, porém registra “Tomar o navio terra. [...] Por causa dos ventos contrários não pudemos tomar terra. [...]”²¹ Segundo o estudo de Telmo Verdelho supracitado, o mais antigo dicionário português – na verdade, um vocabulário bilingue Português-Latim – a ter sobrevivido até os dias atuais é obra de Jerónimo Cardoso. Seu *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, apesar de contemporâneo ao próprio Luís de Camões, infelizmente, não ajuda em nada a esclarecer a passagem d’*Os Lusíadas*. Reproduzimos as expressões com o verbo “tomar”, a título de curiosidade, suprimindo as passagens em Latim:

Tomar.
 Tomar por combate.
 Tomada da cidade.
 Tomador de cidade
 Tomar paixão.
 Tomar sobre si m.
 tomar emprestado
 tomar a cambio.²²

Consultamos, por fim, o glossário elaborado por Aida Fernanda Dias sobre sua edição do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Apesar de ser o *Cancioneiro* anterior ao próprio Camões, é curioso no mínimo reconhecer um significado muito distinto daquele encontrado até aqui para a locução “tomar porto”: “Tomar portos. *Fechar, cerrar, tomar portos* — não admitir navios à navegação, à acostagem: «Mandei logo com destreza / tomar portos de sabor, / nam passasse tal cimpreza / a qual ia Per’Alteza / do Princepe nosso Senhor»”.²³

²⁰ Moraes Silva 1789: II 464-465.

²¹ Bluteau 1712-1721: VIII, 192.

²² Cardoso 1562: 100v.

²³ Fernanda Dias 1990-2003: VI, 691.

Quanto ao verbo “tomar”, convém ainda mencionar quais as acepções empregadas pelo próprio Camões n’*Os Lusíadas*.²⁴ As passagens vêm citadas pela edição de Saraiva, por ser, dentre as consultadas, a mais recente, com indicação de Canto, estância e versos:

I, 25, 3-4: “Tomar ao Mouro forte e guarnecido / Toda a terra”. Tomar a terra, isto é, conquistar.

I, 60, 8: “O Império tomaram a Constantino”. Tomar o Império, conquistar.

I, 104, 7-8: “Que Baco muito de antes o avisara, / Na forma doutro Mouro, que tomara”. Tomar a forma de, transfigurar-se em.

II, 74, 7: “[*Os portugueses*] Mandam fora um dos Mouros que tomaram”. Tomar o Mouro, capturar.

III, 41, 7-8: “[*Dario*] mais o seu Zopiro prezara / Que vinte Babilónias que tomara”. Tomar Babilónia, conquistar.

III, 55, 2-4: “o Rei subido / A tomar vai Leiria, que tomada / Fora, mui pouco havia, do vencido”. Tomar Leiria, conquistar.

III, 64, 1-2: “Já na cidade Beja vai tomar / Vingança”. Tomar vingança, vingar-se.

III, 70, 3: “Porque a conquista dela lhe tomara”. Tomar a conquista, reconquistar cidade perdida.

III, 90, 5-7: “aos Mouros foi tomado / Alcacere do Sal (...) / Porque dantes os Mouros o tomaram”. Tomar Alcácer do Sal, conquistar.

IV, 44, 3-6: “a sede dura vão culpando / Do peito cobiçoso e sitibundo, / Que por tomar o alheio, o miserando / Povo aventura às penas do Profundo”. Tomar o alheio, apoderar-se dos bens alheios.

V, 8, 7-8: “Ali tomámos porto com bom vento, / Por tomarmos da terra mantimento”. Tomar porto, atracar; tomar mantimentos, abastecer-se.

V, 26, 7: “em tomar do Sol a altura”. Tomar a altura do Sol, fazer medição astronômica, calcular a latitude.

V, 27, 6-7: “Vejo um estranho vir, de pele preta, / Que tomaram por força”. Tomar alguém por força, capturar.

V, 32, 1-2: “O batel de Coelho foi depressa / Polo [*Veloso, um dos marinheiros*] tomar”. Tomar alguém, buscar ou apanhar alguém.

V, 44, 1-2: “Aqui espero tomar (...) / De quem me descobriu suma vingança”. Tomar vingança, vingar-se.

V, 52, 1-2: “Amores (...) / Me fizeram tomar tamanha empresa”. Tomar empresa, empreender algo.

²⁴ Limitamo-nos a exemplos d’*Os Lusíadas*. O leitor desejoso de consultar mais exemplos do verbo “tomar” em outras obras de Camões (ou a ele atribuídas) poderá consultar o elenco completo em Verdelho 2012: 1383-1388.

- VI, 70, 6: “Os traquetes das gáveas tomar manda”. Tomar os traquetes, recolher as velas da embarcação.
- VII, 5, 8: “Não por tomar a terra que era sua”. Tomar a terra, conquistar.
- VII, 9, 7: “Vos vem tomar a vossa antiga terra”. Idem.
- VII, 32, 1-2: “Esta província, cujo porto agora / Tomado tendes”. Tomar porto, atracar.
- VII, 33, 7: “Fazem-lhe a Lei tomar com fervor tanto”. Tomar a Lei de Maomé, converter-se a religião.
- VII, 64, 5-6: “Mas neste caso a última tenção / Com os de seu conselho tomaria”. Tomar tenção, decidir-se.
- VIII, 35, 2-4 “[*Lusitanos*] se defendem / Fortes, de quatrocentos Castelhanos, / Que em derredor, pelos tomar, se estendem”. Tomar alguém, derrotar em batalha.
- VIII, 90, 5: “Que antes quer sobre si tomar o peso / De quanto mal”. Tomar sobre si o peso de, sofrer.
- IX, 73, 3-4: “outra se apressa / Por tomar os vestidos que tem fora”. Tomar os vestidos, buscar ou recolher os vestidos.
- IX, 74, 1-2: “Qual cão de caçador, sagaz e ardido / Usado a tomar na água a ave ferida”. Tomar a ave, capturar ou pegar com a boca.
- X, 42, 6-7: “ocasião espera boa / Com que a torne a tomar”. Tomar Goa, conquistar.
- X, 48, 7: “Que ele tomara em guarda”. Tomar alguém em guarda, fazer prisioneiro.
- X, 56, 3: “E, se injustos o mando te tomarem”. Tomar o mando, subtrair-lhe o governo.
- X, 63, 1-2: “Das mãos do teu Estêvão vem tomar / As rédeas”. Tomar as rédeas, assumir o controle.
- X, 155, 6: “digna empresa tomar de ser cantada”. Tomar empresa, empreender.

Há nesta lista duas acepções de interesse. A primeira, frequentíssima, tomar cidade, pessoa, ou bem, com o sentido de conquistar, aprisionar, apoderar-se de. Sentido que destoa completamente do espírito do texto. Perguntamo-nos se, para Camões, tomar o porto de Melinde, com artigo definido, teria esse sentido belicoso. Isso porque, nessa acepção, o emprego do artigo definido no objeto direto é facultativo. Contraste-se, por exemplo, “tomaram o Império” (I, 60, 8) com “tomar Leiria” (III, 55, 3).

A segunda acepção de interesse é “tomar porto” significando “atracar”. Aqui, a questão que se apresenta é se a locução admite o emprego de artigo definido e pronome possessivo, “Tomarem *o seu* porto”, ou se devemos entendê-la como expressão fixa, cristalizada. Análoga, portanto, a “tomar

vingança” ou “tomar terra”. Construções como “tomar a vingança”, ou “tomar a sua vingança”, ou “tomar a terra” não nos parecem possíveis na língua portuguesa. Não ocorrem em Camões, nem estão registradas em nenhum dicionário consultado. Note-se, a propósito, como os dicionários de Bluteau e de Morais (ambas as edições supracitadas) registram ou “tomar terra” ou “tomar *o navio* terra”, mas nunca “tomar *a* terra”.

Quanto a “tomar porto”, não estamos tão seguros. Em V, 8, 7-8, Camões emprega puramente “tomar porto”, sem artigo – a segunda ocorrência, em VII, 32, 1-2, em que emprega “cujo porto”, não é conclusiva nesse aspecto. Infelizmente, apenas a décima edição do dicionário de Morais documenta a expressão “tomar porto” e sua variante “tomar *o* porto”. O dicionário ilustra “tomar porto” com uma citação de Fernão Lopes de Castanheda, autor do século XVI; já o exemplo de “tomar o porto” provém da *Arte de Furtar*, atribuída ao Padre Manuel da Costa, autor do século XVII. Não pudemos apurar nenhum exemplo quinhentista de “tomar o porto”.²⁵ Dadas as incertezas, mas tendo em vista que a *Arte de Furtar* não é obra muito afastada do período de Camões, inclinamo-nos a admitir que “Tomarem o seu porto” poderia significar atracar no porto de Melinde.

Note-se, no entanto, que nas paráfrases tanto de Faria e Sousa como de Saraiva o rei deseja que os portugueses tomem o porto de Melinde. Os comentaristas não esclarecem se entendem por isso “atracar” ou algo diverso. Também vemos certa dificuldade em compreender como o trecho “Quanto a gente fortíssima merece” ajusta-se ao resto da frase nessa acepção: O Rei tanto preza [eles] atracarem quanto a gente merece.

Estaria Camões dizendo que os portugueses merecem atracar em um porto? Parece-nos uma leitura débil. Supomos ser esta a interpretação de Faria e Sousa; ao passo que Saraiva evita esclarecer o problema. Uma interpretação alternativa e muito preferível seria: o monarca se compraz com que os portugueses atraiquem em seu porto na medida do mérito

²⁵ Em correspondência com o Prof. Thomas Earle, a quem somos gratos, obtivemos a seguinte informação acerca da Crónica de D. Afonso V, de Rui de Pina: “The ‘frase feita’ which he uses is not ‘tomar porto’ (no instances, one of ‘tomar o porto’) but ‘tomar terra’ (several instances). [...] There is just one example of tomar o porto in Crónica de D. Afonso V. Pina writes: ‘porque o vento não terçou pera tomar o porto d’Alcácer’. The quotation provides ambiguous evidence regarding your point that ‘tomar o porto’ implies agressividade. As you can see, the immediate context is just a comment about the direction of the wind, but it is part of the narrative of the capture of the Moroccan port of Alcácer-Ceguer in 1458”.

deles. Isto é, o rei se satisfaz porque os portugueses são um povo nobre. É hipótese viável.

Em contrapartida, o exemplar d'*Os Lusíadas* datado de 1572 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cota Cofre 2) oferece um outro ângulo sobre o problema. Um leitor anônimo, da Era Moderna, fez uma pequena anotação à tinta à margem deste verso. Se não estamos equivocados em nossa interpretação, o sagaz leitor propõe uma pequena intervenção editorial: “Tomar em o seu porto tanto preza”.

A supressão de espaços entre palavras é extremamente comum em manuscritos e em impressos, quer medievais, quer renascentistas. Há outros casos nas próprias edições datadas de 1572 em que palavras impressas juntas são, hoje, editadas como duas palavras separadas. É possível que Camões tencionasse escrever “tomar em” e que a construção foi confundida pelos tipógrafos com o infinitivo flexionado. De resto, colocada na ordem direta, a frase emendada atende às normas sintáticas e respeita a semântica: O Rei (que já sabia [...]) tanto preza a gente tomar em o seu porto quanto merece.

Ou seja: o rei satisfaz-se de que a gente fortíssima (os portugueses) tome no seu porto aquilo que merece. A construção “a gente tomar” respeita a gramática. O sentido de “tomar em o seu porto” também é diverso de “tomar o seu porto”. Esclareça-se: os portugueses merecem tomar os mantimentos, sendo “em o seu porto” adjunto adverbial e não objeto direto. Assemelha-se ao exemplo em IX, 74, 1-2, “tomar na água a ave ferida”, em que “tomar” é seguido de adjunto adverbial de lugar e, depois, do objeto direto.

Em princípio, este sentido nos parece superior aos demais. Dizer que os portugueses merecem conquistar um porto amigo é inconcebível. Dizer que os portugueses merecem atracar seria algo muito aquém do mérito português. Dizer que os portugueses são prezados na medida de seu mérito é possível, mas talvez seja um sentido menos atraente. Lembramos que, ainda no Canto II, logo antes desse episódio, a frota portuguesa escapa de uma cilada em Mombaça. A recepção dada aos portugueses pelo rei de Melinde serve de contraponto. Essa passagem especificamente pode funcionar como um comentário de Camões: os portugueses podem navegar pelo mundo inteiro e deveriam ser bem acolhidos por todos os povos, recebendo presentes, provisões e mantimentos; “tomar em o seu porto quanto merece” transmite, exatamente, essa idéia.

Reconhecemos, todavia, um obstáculo significativo: Camões teria empregado uma preposição seguida de artigo, ao invés da contração “no”. Pode-se conjecturar que isso seria uma tentativa de regularizar a métrica do

verso: “Tomar no seu porto tanto preza” seria um eneassílabo; já “Tomar em o seu porto tanto preza” é um decassílabo heróico. Dito isto, não localizamos, em todo *Os Lusíadas*, uma única ocorrência de preposição “em” mais artigo definido (o, a, os, ou as) que não se desenvolvesse em contração (no, na, nos, nas). Em que pese as incertezas acerca do *corpus* lírico camoniano, tampouco pudemos localizar construção semelhante na lírica.²⁶

A contração de preposições com artigos parece ser um aspecto da gramática de Camões que não varia em função da métrica. Observamos que, igualmente, Camões sempre emprega a contração “num”, ao invés de “em um”, bem como “dum”, ao invés de “de um”. Assim, se tivermos em mente o estilo do autor, é preciso reconhecer que a hipótese de emenda textual fica muito enfraquecida.

À luz dessa constatação, devemos sublinhar outro aspecto complicador. A construção “tomar em o seu porto” (verbo transitivo direto seguido de adjunto adverbial) é muito semelhante a “tomar o porto” (locução) e, portanto, ambígua. Camões, como qualquer escritor da época, seria sensível a isso. Soma-se a isso o fato de que “tomar em o” seria um caso de manipulação gramatical com o intuito de sanar uma deficiência métrica. Ora, do ponto de vista da técnica versificatória, seria mais aconselhável manter a contração “no” e substituir a palavra “porto”, bissílabo paroxítono, por um trissílabo paroxítono. Desta maneira, temos um decassílabo heróico, evitando o artificialismo de “em o” e a ambiguidade. Por exemplo, “tomar no seu estado tanto preza” seria solução mais satisfatória, métrica e semanticamente. Camões talvez pudesse encontrar outros trissílabos, ao invés de “estado”, que teriam efeito semelhante. Assim, em que pese a originalidade (e até mesmo a antiguidade) da emenda proposta pelo leitor anônimo, entendemos que este último argumento afasta, em grande medida, a sua viabilidade.

O balanço que fazemos das considerações sobre essa primeira passagem é pouco conclusivo. Do ponto de vista da sintaxe, pode-se admitir tanto a manutenção da leitura original como a emenda textual. Semanticamente, a

²⁶ Também quanto a isso o Prof. Thomas Earle oferece valiosas observações, a quem mais uma vez agradecemos: “Crónica de D. Afonso V is a very long text. I looked for instances of ‘no’ (preposition and article). There are nearly 500. ‘Em o’ is very rare. I thought you might like to see the instances:

‘Tocou os erros que havia em o regimento de reino ser repartido’.

‘Consentiu em o regimento lhe ser tirado’.

‘Em o vendo’ – which, in the context, means ‘quando o viu’, as today.

As you can see, ‘em o’ never seems to have a locational sense”.

emenda textual é bem atraente, mas há pelo menos uma interpretação viável na lição original. Por fim, o estilo do autor, a gramática da época e certa ambiguidade fazem da leitura “tomar em o” opção pouco atraente. Assim, inclinamo-nos pela manutenção da leitura original que, pelo exposto, deve ser interpretada como “o monarca se compraz de os portugueses atracarem em seu porto na medida do mérito português”. Deixamos, em todo caso, a critério do discreto leitor julgar qual a solução preferível.

Canto IX, estância 70

Partindo os portugueses de Calicute e de regresso à pátria, o Canto IX relata como os marinheiros, tendo chegado à ilha idílica ao fim de suas aventuras, saem para caçar em terra firme. Acabam, no entanto, por se deparar com as ninfas. Surpreso, Veloso, um dos marinheiros, dirige-se aos demais:²⁷

Itálica (<i>Ee</i>)	Romana (<i>E</i>)
Sigamos estas Deofas, & vejamos,	Sigamos estas Deofas, & vejamos,
Se fantasticas jam, je verdadeiras,	Se fantasticas jam, je verdadeiras,
Isto dito, veloces mais que Gamos,	Isto dito veloces mais que Gamos,
Selançam a correr pelas ribeiras:	Se lançam a correr pelas ribeiras:
Fugindo as Nimphas vão por entre os ramos,	Fugindo as Nimphas vão por entre os ramos
Mas mais industriosas que ligeiras,	Mas mais industriosas que ligeiras,
Pouco & pouco, furrindo, & gritos dando,	Pouco & pouco furrindo, & gritos dando,
Se deixão yr dos Galgos alcançando.	Se deixam yr dos Galgos alcançando

A paráfrase de Faria e Sousa diz:

Sigamos estas Diosas, i veamos si son fantasticas si verdaderas. Dicho esto, se lãça a correr por las riberas màs veloces q[ue] Gamos. Por entre los ramos van huyendo las Ninfas, pero mas industriosas que ligeras, poco a poco, sonriendo, i dando gritos, se dexan ir alcançando de los galgos.²⁸

²⁷ Fólho 156r em ambas as edições de 1572.

²⁸ Faria e Sousa 1639: IV, col. 201-202.

O texto foi assim editado pelo Morgado de Mateus:

Sigamos estas deosas, e vejamos
 Se phantasticas são, se verdadeiras.
 Isto dito, veloces mais que gamos,
 Se lançam a correr pelas ribeiras.
 Fugindo as nymphas vão por entre os ramos;
 Mas mais industriosas, que ligeiras,
 Pouco e pouco sorrindo, e gritos dando,
 Se deixam ir dos galgos alcançando.²⁹

As dezesseis edições contemporâneas que se seguiram não divergem significativamente.³⁰ Por fim, segundo Saraiva, a passagem significaria:

Incitou-os a seguirem as deusas para saberem se eram reais ou imaginárias. Correram todos; as ninfas fugiam, mas astuciosamente deixavam-se apanhar pouco a pouco pelos caçadores.³¹

Neste caso, questionamos a pontuação adotada nas edições de 1572 e, em particular, os dois pontos no quarto verso. Esta pontuação claramente influenciou todos os editores e comentaristas subsequentes, que substituíram os dois pontos originais por ponto final. Note-se que Faria e Sousa é unívoco quando diz que são os portugueses quem se lançam a correr mais velozes que gamos. Saraiva opta por uma solução ambígua, “correram todos”, evitando destrinçar a metáfora camoniana.

O texto, tal como tem sido editado, não peca pelas normas gramaticais. Postos na ordem direta, os versos três e quatro ficam assim: Dito isto, [eles] se lançam a correr pelas ribeiras mais velozes do que gamos.

Veloso é o agente de “dito”; todos os marinheiros são o agente de “se lançam”. O sujeito do verbo lançar estaria oculto e Camões teria empregado uma elipse. A construção é admissível, porém há uma alternativa.

²⁹ Souza-Botelho 1817: 314.

³⁰ Feio & Monteiro 1834: 313. Carvalho 1843: 244. Fonseca 1846: 314. Lacerda 1860-1869: VI, p. 332. Reinhardtstoettner 1874: 248. Monteiro 1880: 314. Braga 1881: 94. Amorim 1889: II, p. 197. Michaëlis de Vasconcellos 1905-1908: IV, p. 51. Silva Dias 1910: 188. Cidade 1946-1947: V, p. 172. Bueno 1960: II, p. 654. Salgado Júnior 1963: 223. Rodrigues 1970: 314. Pimpão 1972: 404.

³¹ Saraiva 1978: 388.

Isto dito, velozes mais que gamos,
 Se lançam a correr pelas ribeiras,
 Fugindo as nymphas vão por entre os ramos;
 Mas, mais industriosas, que ligeiras,
 Pouco e pouco sorrindo, e gritos dando,
 Se deixam ir dos galgos alcançando.

Substituímos os dois pontos ao fim do verso por vírgula, podendo haver ponto e vírgula ao cabo do verso seguinte. Na ordem direta, teríamos a seguinte construção: Dito isto, as ninfas vão fugindo por entre os ramos, se lançam a correr pelas ribeiras, mais velozes do que gamos.

Camões está pintando verbalmente uma cena de caça e, neste contexto, a imagem de cães perseguindo a presa é consagrada. Estamos, assim, diante de uma metáfora com quatro termos, em que ninfas estão para gamos, assim como marinheiros estão para galgos.

Semanticamente esta parece a solução mais óbvia. Estilisticamente é talvez preferível, na medida em que evita a elipse. Na outra versão, o sujeito de “lançar” nunca vinha expresso na estância. Na solução aqui proposta, “ninfas” é o sujeito de “vão” e de “lançam”. Camões não suprime o sujeito completamente, ele apenas retarda seu aparecimento.

Há ainda uma diferença, crucial, no tom da estância. Na versão que questionamos, os marinheiros portugueses são comparados a cães e a gamos. Camões estaria enfatizando os portugueses como criaturas bestiais. Haveria uma oposição tácita às ninfas, que não seriam descritas como animais. Na versão proposta, Camões elabora uma metáfora de sabor clássico. Trata-se de uma leitura mais adequada ao autor e ao espírito de sua época.

Poder-se-ia, talvez, questionar a ausência da conjunção “e” na solução proposta. Ou seja, poderíamos aventar a hipótese de que em português a construção deveria necessariamente ser: Dito isto, as ninfas vão fugindo por entre os ramos e se lançam a correr pelas ribeiras, mais velozes do que gamos.

Não seria este um temor bem fundado. Ao contrário, Fernanda Carrilho lista nove casos de assíndeto n’*Os Lusíadas*, figura de linguagem, que, conforme definição da autora, consiste em “Supressão do conector coordenativo na ligação de frases, sobretudo da conjunção copulativa e”.³² Damos aqui, dentre esses nove casos, o que mais se assemelha à estância 70:

³² Carrilho 2012: 382.

A dama, como ouviu que este era aquele
 Que vinha a defender seu nome e fama,
 Se alegre e veste ali do animal de Hele,
 Que a gente bruta mais que virtude ama.
 Já dão sinal, e o som da tuba impele
 Os belicosos ânimos, que inflama;
 Picam d' esporas, largam rédeas logo,
Abaxam lanças, fere a terra fogo,³³

Entendemos que este constitui claro precedente para aceitarmos a supressão da conjunção na estância 70. Admitimos, mesmo assim, uma alternativa, caso se deseje manter a pontuação adotada por todos os editores: Dito isto, [elas] se lançam a correr pelas ribeiras, mais velozes do que gamos. As ninfas vão fugindo por entre os ramos [...]

Esta solução, mais decalcada na ordem das palavras de Camões, implica admitir um sujeito oculto, “elas”, cujo sentido só se manifestará na frase seguinte. Seria um caso de zeugma, outra figura de linguagem que, segundo definição de Napoleão Mendes de Almeida:

[...] vem a ser o caso de elipse em que se subentende um termo ou termos já anteriormente enunciados na frase [...] O *zeugma* é às vezes *antecipado*, isto é, a omissão da palavra ou palavras é feita na primeira frase, para ser expressa essa palavra em frase que se vai proferir logo em seguida: «Não fosse esta (*coisa*), muitas outras *coisas* teria feito».³⁴

Ambas as soluções são possíveis; impactam apenas a sintaxe, e não a semântica. Inclinamos pela primeira solução, com o assíndeto, pois a pontuação ajuda a aclarar o sentido do Poeta. A outra solução, se possível, permanece ambígua e tem induzido leitores em erro.

As edições de 1572, todavia, apresentam dois pontos ao fim do verso quatro. Como explicá-los? Na verdade, o sistema de pontuação nas edições do século dezesseis é mais limitado do que o atual. Especificamente nestas duas edições d' *Os Lusíadas*, só cinco sinais de pontuação, por via de regra, são utilizados: vírgula, dois pontos, ponto, ponto de interrogação e os

³³ Canto VI, 63, citamos o texto de Saraiva 1978. Grifamos as orações em que Camões suprimiu o conectivo.

³⁴ Mendes de Almeida 1992: §783.

parênteses redondos.³⁵ O editor contemporâneo, portanto, vê-se obrigado a repontuar o texto pois as convenções utilizadas à época diferem das atuais. O próprio valor de cada sinal não é absoluto, devendo ser compreendido no contexto de cada sistema.³⁶ Assim, os dois pontos no século dezesseis não eram, necessariamente, empregados como hoje, antes de listas ou citações. Podiam marcar uma pausa no interior de uma frase, mais tênue, portanto, do que o ponto final. Portanto, os editores contemporâneos estão corretos ao substituir os dois pontos originais por outro sinal de pontuação.

Há ainda outro argumento a ser ponderado: quem foi responsável por pontuar *Os Lusíadas*? Como se sabe, não resta hoje qualquer manuscrito autógrafo de Camões. Estudiosos, já no século XIX, se debruçaram sobre esta questão mas, diante da ausência de provas, continua sendo impossível responder a ela com segurança. Mesmo assim, nossa opinião é a de que Camões não foi responsável pela pontuação do texto tal como o conhecemos nas edições de 1572. Uma constatação embasa esta suspeita.

Sobrevive uma cópia manuscrita do primeiro Canto d'*Os Lusíadas* no *Cancioneiro de Luís Franco Correa*.³⁷ Esta cópia é baseada em um manuscrito perdido e foi executada antes da primeira publicação de 1572. Os sinais de pontuação que ocorrem nesta versão são o ponto, a vírgula, os dois pontos e os parênteses redondos.³⁸ A comparação entre o manuscrito e as edições de 1572 revela também que o texto impresso é pontuado abundantemente enquanto que a versão manuscrita é pontuada com muita parcimônia. Mesmo quando se foca nos sinais mais comuns, o ponto e a vírgula, percebe-se que são raras as coincidências entre manuscrito e edições.

Apenas uma dentre quatro hipóteses pode explicar tais diferenças:

1) O manuscrito é uma cópia mais fiel do texto de Camões, que pouco pontuava seus textos. A pontuação nas edições ficou a cargo dos tipógrafos.

³⁵ Há uma exceção: um único ponto de exclamação no último verso da última estância do Canto IV (fol. 79r):

Mijera forte, eſtranha Condição!

Isto, curiosamente, só ocorre nos exemplares da edição Itálica (ou *Ee*); nos exemplares da edição Romana (ou *E*) há um simples ponto final.

³⁶ Princípio já proposto por Parkes 1992: 2.

³⁷ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 4413, fol. 203r-215v. Há também uma edição fac-similar de 1972.

³⁸ Nos fólhos 207v, 209r e 211v ocorre um sinal ou marca difícil de interpretar. Talvez se trate de um ponto de interrogação.

2) As edições são as cópias mais fiéis e Camões pontuava seus textos abundantemente. A cópia manuscrita suprimiu a pontuação autoral.

3) A cópia manuscrita e a primeira edição são igualmente fiéis e baseadas em dois manuscritos autógrafos independentes. Camões seria responsável por dois comportamentos diferentes. É a hipótese mais frágil.

4) Nem cópia manuscrita nem primeira edição são fiéis aos originais no que respeita à pontuação. A pontuação original de Camões, se havia, perdeu-se dada certa indiferença à época tanto por parte de copistas, como por parte de tipógrafos, em relação à minúcia textual.

Parece ser esta última hipótese a mais provável. Incidentalmente, há outro exemplo na obra camoniana que parece corroborar o desleixo dos tipógrafos da época quanto à pontuação original. O *corpus* lírico camoniano, como se sabe, foi publicado postumamente em primeira edição de 1595 às custas de Estevão Lopez. O mesmo Estevão Lopez organizou uma segunda edição, ampliada, em 1598. Um exemplar da edição de 1595 hoje na Biblioteca Nacional de Portugal (cota CAM 10P) contém um manuscrito quinhentista ao fim, conhecido como *Manuscrito Apenso à edição de 1595*. Conforme demonstrou Emmanuel Pereira Filho, os textos adicionais da edição de 1598 são cópia, justamente, do *Manuscrito Apenso*.³⁹ Temos aqui, portanto, a possibilidade de controlar como o tipógrafo, ou tipógrafos, de uma edição quinhentista se comportava diante do original. Nota-se certa semelhança com o que ocorre entre o manuscrito e as edições de 1572 d'*Os Lusíadas*. O *Manuscrito Apenso* também é pontuado com parcimônia, ao passo que a edição é mais abundante em sua pontuação. Há, no entanto, alguma coincidência entre a pontuação dos dois, isto é, o tipógrafo às vezes reproduzia a pontuação do original, além de ampliá-la.

Em suma, parece mais prudente atribuir a pontuação das edições de 1572 aos tipógrafos do que a Camões. Aceitar esta hipótese conduz ao seguinte corolário: o editor contemporâneo pode-se permitir mais liberdade ao repontuar *Os Lusíadas*, pois a pontuação não é original, mas da lavra de tipógrafo ou tipógrafos que amiúde se equivocavam.

Conclusão

O estudo que ora se encerra buscou discutir duas passagens d'*Os Lusíadas*, questionando quais seus respectivos sentidos literais. Sentidos

³⁹ Pereira Filho 1974: 223-239.

esses que são menos óbvios do que admitiram os editores e comentaristas, desde o século dezessete até os dias atuais. Dito isto, é oportuno apresentar por fim breves considerações de caráter geral.

O texto d'*Os Lusíadas*, tal como impresso nas duas edições datadas de 1572, contém erros mas é, no conjunto, fiável. As edições quinhentistas que se seguiram foram muito deturpadas. A edição de 1639 de Faria e Sousa foi importante tentativa de restaurar o texto camoniano. Tornou-se o modelo até a edição de 1817 do Morgado de Mateus, a primeira, desde o século XVI, a oferecer exclusivamente o texto de uma das duas edições datadas de 1572. Era baseada, no entanto, na edição Romana (*E*) que, em função de estudos elaborados ao longo do século XIX, foi sendo preterida em favor da edição Itálica (*Ee*). Esta última, a partir de 1880, com Tito de Noronha, foi tomada como a primeira edição e mais fiável.⁴⁰ Este ponto de vista foi aceito pelos editores mais recentes, inclusive Cidade, Pimpão e Saraiva, responsáveis pelas edições contemporâneas mais reputadas.

Haveria ainda espaço para suplantar essas edições? Nossa convicção é a de que não há muito mais espaço para melhoras. Como parte de um projeto de pesquisa em andamento, temos analisado as variantes textuais de todas as edições d'*Os Lusíadas* publicadas em Portugal em português antes da edição de Faria e Sousa. Têm elas as datas de 1572, 1584, 1591, 1597, 1609, 1612, 1613, 1626, 1631 e 1633. Há duas edições distintas com a data de 1572 e duas com a data de 1609, totalizando doze edições.

As variantes textuais das edições de 1584 em diante são fascinantes e valiosas para quem deseja compreender corretamente como o poema foi sendo modificado e reescrito após a morte de Camões. O interesse renascentista em republicar e reescrever *Os Lusíadas*, interesse muito singular, parece ter forte relação com o vulto que Camões assumiu para a cultura portuguesa da época. Mas essas mutações textuais, valiosas para compreender a história da cultura portuguesa, não têm qualquer papel a desempenhar se buscarmos o texto mais autoral quanto possível.

Tampouco são as variantes encontradas nas duas edições de 1572 muito úteis em termos de edição já que, com raríssimas exceções, a superioridade ou inferioridade de cada variante é óbvia. Também nos temos debruçado sobre a análise destas variantes, mas com o intuito de esclarecer o processo de impressão – além de um possível processo de correção na tipografia ou tipografias – d'*Os Lusíadas*.

⁴⁰ Noronha 1880.

Por essas razões, parece improvável que um dia tenhamos uma edição crítica d'*Os Lusíadas* que registre detalhadamente as variantes textuais quinhentistas. Ou antes, se tal projeto vier a se concretizar, dificilmente oferecerá uma versão do texto capaz de superar as existentes. Sua utilidade dirá respeito mais à documentação exaustiva do processo de mutação que o poema sofreu.

Por outro lado, se a camonística busca se acercar mais do Camões original, talvez o estudo atento de algumas passagens do épico seja mais proveitoso do que a produção de novas edições. Não é um empreendimento fácil. As duas propostas hermenêuticas apresentadas aqui foram fruto de um pouco de engenho, um pouco de arte; mas devemos mais aos bons fados. É, no entanto, a rota que resta hoje para aprimorarmos nosso conhecimento do original.

Bibliografia:

Edições fac-similares citadas:

(1972), *Cancioneiro de Luís Franco Correa*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas.

(1983), *Os Lvsíadas Lvis de Camões: reprodução paralela das duas edições de 1572*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Demais obras:

Amorim, F. G. de (1889), *Os Lusíadas de Luiz de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Berardinelli, C. (1980), *Sonetos de Camões*. Paris: Jean Touzot Libraire-Editeur.

Bernardes, J. A. C. (coord.) (2005), *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1563-2000): a Biblioteca Camoniana de D. Manuel II*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Fundação da Casa de Bragança.

Bluteau, R. (1712-1721), *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa: Pascoal da Sylva.

Braga, T. (1881), *Os Lusíadas*. Lisboa: Pereira & Amorim.

Bueno, F. da S. (1960), *Os Lusíadas de Luís de Camões*. São Paulo: Edição Saraiva.

Cardoso, J. (1562), *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*. Lisboa: João Álvares.

Carrilho, F. (2012), *Rimário d'Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Carvalho, F. F. de (1843), *Os Lusíadas de Luiz de Camões*. Lisboa: Typographia Rollandiana.
- Cidade, H. (1946-1947), *Luis de Camões, Obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Correa, M. (1613), *Os Lvsíadas do Grande Lvis de Camoens. Principe da Poesia Heroica*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- Faria e Sousa, M. de (1639), *Lvsíadas Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España*. Madrid: Juan Sanchez.
- Feio, J. V. B. & Monteiro, J. G. (1834), *Obras Completas de Luis de Camões, Corretas e Emendadas*. Hamburgo: Officina Typographica de Langhoff.
- Fernanda Dias, A. (1990-2003), *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fonseca, J. da (1846), *Os Lusíadas, Poema Épico de Luis de Camões*. Paris: Livraria Europea de Baudry.
- Freire, L. (1957, 3ª ed.), *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Guimarães, A. J. G. (1919), *Os Lusíadas de Luis de Camões*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2001), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lacerda, J. A. de L. P. de [Visconde de Juromenha] (1860-1869), *Obras de Luiz de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Monteiro, J. G. (1880), *Os Lusíadas de Luiz de Camões*. Porto, Leipzig: Typographia Giesecke & Devrient.
- Mendes de Almeida, N. (1992, 37ª ed.), *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Michaëlis de Vasconcellos, C. (1905-08), *Obras de Luis de Camões. Os Lusíadas*. Estrasburgo: Heitz & Mundel.
- Morais Silva, A. de (1789), *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.
- Morais Silva, A. de, Moreno, A., Júnior, C. & Machado, J. P. (1949-1959, 10ª ed.), *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- Noronha, T. de (1880), *A Primeira Edição dos Lusíadas*. Porto, Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardon.
- Parkes, M. B. (1992), *Pause and Effect, An Introduction to the History of Punctuation in the West*. Aldershot: Scolar Press.
- Pereira Filho, E. (1974), *As Rimas de Camões*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora.

- Pimpão, Á. J. da C. (1972), *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Reinhardtstoettner, C. von (1874), *Os Lusíadas de Luiz de Camões*. Estrasburgo: Karl J. Trubner, Londres: Trubner & Comp.
- Rodrigues, J. M. (1970), *Os Lusíadas de Luís de Camões, Edição Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Said Ali, M. (1931, 2ª ed.), *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*. São Paulo: Melhoramentos.
- Salgado Júnior, A. (1963), *Luís de Camões, Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora.
- Saraiva, A. J. (1978), *Os Lusíadas*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Silva Dias, A. E. da (1916-1918), *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Souza-Botelho, J. M. de [Morgado de Mateus] (1817), *Os Lusíadas, Poema Épico de Luís de Camões*. Paris: Firmin Didot.
- Verdelho, T. (2002), “Dicionários portugueses, breve história”, in J. Horta Nunes & M. Petter (eds.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas.
- Verdelho, T. (2012), *Luís de Camões, Concordância da Obra Toda*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.